MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 05/2023 A 04/2024

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS											INSCRITAS EM		
DESPESA COM PESSOAL	Mai/2023	Jun/2023	Jul/2023	Ago/2023	Set/2023	Out/2023	Nov/2023	Dez/2023	Jan/2024	Fev/2024	Mar/2024	Abr/2024	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) ²
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.941.206,94	7.044.144,61	4.895.791,29	5.048.217,90	4.970.740,07	5.124.446,88	5.149.571,46	8.310.051,74	5.271.342,32	5.130.882,48	5.304.035,58	5.362.885,88	66.553.317,15	10.800,64
Pessoal Ativo	3.940.193,58	5.546.925,88	3.876.038,08	4.028.833,97	3.935.713,65	4.086.829,28	4.120.300,51	6.761.956,55	4.216.635,74	4.073.331,91	4.219.803,73	4.285.995,42	53.092.558,30	- 49,36
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.433.674,31	5.007.620,67	3.350.525,82	3.505.077,17	3.415.286,29	3.561.513,14	3.595.371,56	5.740.547,30	3.734.865,53	3.603.290,08	3.737.332,45	3.807.065,79	46.492.170,11	0,00
Obrigações Patronais	506.519,27	539.305,21	525.512,26	523.756,80	520.427,36	525.316,14	524.928,95	1.021.409,25	481.770,21	470.041,83	482.471,28	478.929,63	6.600.388,19	- 49,36
Pessoal Inativo e Pensionistas	955.656,68	1.443.193,89	969.069,13	975.143,75	980.825,26	987.097,64	980.540,27	1.467.981,44	1.054.706,58	1.043.509,05	1.043.699,93	1.032.803,34	12.934.226,96	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	788.009,18	1.195.397,60	801.421,63	807.028,25	812.709,76	818.982,14	816.688,65	1.227.777,32	883.320,80	874.532,35	874.723,23	863.826,64	10.764.417,55	0,00
Pensões	167.647,50	247.796,29	167.647,50	168.115,50	168.115,50	168.115,50	163.851,62	240.204,12	171.385,78	168.976,70	168.976,70	168.976,70	2.169.809,41	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	45.356,68	54.024,84	50.684,08	44.240,18	54.201,16	50.519,96	48.730,68	80.113,75	0,00	14.041,52	40.531,92	44.087,12	526.531,89	10.850,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.053.227,63	1.545.256,36	992.918,01	979.204,70	983.845,80	989.405,02	980.540,27	1.540.272,94	1.180.863,27	1.169.374,96	1.168.638,37	1.160.986,99	13.744.534,32	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.307,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.307,38	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração ³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados4	955.656,68	1.443.193,89	969.069,13	975.143,75	980.825,26	987.097,64	980.540,27	1.467.981,44	1.054.706,58	1.043.509,05	1.043.699,93	1.032.803,34	12.934.226,96	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	97.570,95	102.062,47	23.848,88	4.060,95	3.020,54	0,00	0,00	72.291,50	97.840,67	122.326,41	121.398,94	124.644,15	769.065,46	0,00

MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

05/2023 A 04/2024

Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.316,02	3.539,50	3.539,50	3.539,50	38.934,52	00,0
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.887.979,31	5.498.888,25	3.902.873,28	4.069.013,20	3.986.894,27	4.135.041,86	4.169.031,19	6.769.778,80	4.090.479,05	3.961.507,52	4.135.397,21	4.201.898,89	52.808.782,83	10.800,64

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	124.340.423,91	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	619.893,58	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	1.132.352,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	122.588.178,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	52.819.583,47	43,09%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	66.197.616,30	54%
LIMITE PRUDENCIAL (X) (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	62.887.735,48	51,3%
LIMITE DE ALERTA (XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	59.577.854,67	48,6%

NOTA:

- 1. Aplica-se também ao Poder Legislativo esta MEMÓRIA DE CÁLCULO, no entanto, se faz necessário ajustá-la de acordo com o disposto na LRF.
- 2. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores da coluna: "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)", relativos aos valores inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos. No entanto, excepcionalmente, para o exercício de 2023, considerando que houve ajuste no cálculo desta coluna, estes valores poderão ser divergentes dos apurados em 2022.
- 3. Na linha denominada "Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao da apuração" não serão apresentados valores, tendo em vista que no momento que a entidade efetua o reconhecimento e apropriação de despesas não empenhadas, por meio da utilização das tabelas:
- DespesaNaoEmpenhada e ApropriacaoDespesaNaoEmpenhada do SIM-AM, estes valores já são incluídos/deduzidos nas respectivas linhas do demonstrativo de acordo com a despesa (Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis; Obrigações Patronais...).
- 4. A partir de 2021, os valores repassados ao RPPS a título de cobertura de insuficiências financeiras e déficit financeiras e déficit financeiras e déficit financeiras e deficit financeiras e defici financeiras e deficit financeiras e deficit financeiras e defici
- 5. De acordo com o art. 15, da LC 178, o Poder ou órgão cuja despesa total com pessoal ao término do exercício de 2021 estiver acima do limite estabelecido no art 20 da LRF poderá eliminar o excesso à razão de, pelo menos, 10% (dez por cento) a cada exercício a partir de 2023, de forma que, ao final de 2032, cada Poder ou órgão esteja enquadrado nos limites estabelecidos no art. 20 da LRF.
- 5.1. A verificação da redução será apresentada no demonstrativo do último quadrimestre/semestre de cada ano, a partir de 2023.
- 5.2. Caso a redução de 10% não tenha sido observada ao final de determinado exercício, aplicam-se as restrições do §3º do art. 23 da LRF. No entanto, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadrimestre do exercício seguinte, as restrições serão suspensas a partir da constatação da reducão.
- 5.3. Caso o Poder ou órgão se enquadre no limite antes do prazo de 10 anos estabelecido pela Lei, eles passarão a observar, no momento do enquadramento, as contagens de prazo e as disposições do art. 23 da LRF.
- 5.4. O disposto no art. 15 da LC 178/2021 não se aplica aos Poderes ou órgãos que não estiverem com o limite da despesa com pessoal excedido ao final do exercício de 2021. Assim, caso o ente ultrapasse o limite em momento posterior (por exemplo, no primeiro quadrimestre/semestre de 2022) deverá observar as contagens de prazo e as disposições estabelecidas no caput do art. 23 da LRF.
- 6. A Instrução Normativa TCE/PR 56/2011, a partir de agosto/22, deixa de ser aplicada para fins de apuração do índice de pessoal com base na Instrução Normativa TCE/PR 174/2022, publicada em 16/08/2022 no Diário Eletrônico do TCE-PR.

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná Dados processados em: 08/06/2024 02:47 | Relatório emitido em: 17/06/2024 14:08